

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 27691267/2025 - SEINFRA.UNP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O Município de Joinville conta com uma malha viária de aproximadamente 1.000,00 quilômetros de vias públicas de competência municipal pavimentadas com revestimento asfáltico, que necessitam de manutenção corretiva constante.

A manutenção corretiva do revestimento asfáltico é continuamente necessária em função dos buracos que ocorrem, devido ao desgaste natural e perda da vida útil do revestimento asfáltico e/ou das intervenções realizadas em redes de drenagem pluvial principalmente.

É de obrigação e de interesse público a manutenção contínua das condições de trafegabilidade das vias que compõem a malha viária de competência municipal.

Entretanto o Município de Joinville não possui em sua estrutura própria os equipamentos especiais, os materiais e mão de obra necessárias para essas atividades, obrigando-se a contratar tais serviços junto a iniciativa privada.

Desta forma esse processo é para contratação de empresas especializadas para execução de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do Município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico.

Em função do tamanho da malha viária asfaltada, das condições de vida útil atuais e do histórico de atuação, necessitamos continuamente de 06 (seis) equipes completas para realização dos serviços de manutenção corretiva, comumente denominados como equipes de tapa buraco.

A não contratação deste serviço de engenharia contínuo vai fazer com que os buracos surgidos nas vias asfaltadas não sejam corrigidos, deixando as vias inseguras para o trânsito de veículos, bicicletas, ônibus e até pedestres, podendo provocar acidentes com danos materiais e pessoais.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042) que em seu Art. 9º indica: “O Plano de Contratações Anual - PCA **poderá** ser exigido a partir do exercício de 2024,....” (negrito nosso).

Considerando a Circular 0020642825 que diz: “Para o ano de 2025 não será exigido o encaminhamento das demandas para elaboração do Plano de Contratações Anual até 01/04/2024. O calendário para fins de elaboração do Plano de Contratações Anual para os próximos exercícios, será apresentado pela Secretaria de Administração e Planejamento em momento oportuno, após verificação do melhor procedimento”, situação essa ainda não disponibilizada.

Temos, portanto, a relativização da necessidade do Plano de Contratações Anual.

Na possibilidade de contratação ainda no ano de 2025, a contratação está previsto no planejamento da LOA para o ano 2025, conforme despesas: 77/2025 (fonte de recursos 1720 - Transferências da União Referentes às Participações) e 104/2025 (fonte de recursos 100 - Recursos Ordinários).

Como tal contratação é de um serviço contínuo, temos que a mesma encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029 - (26758096) - Anexo II - Valores por Unidades Orçamentárias, Ações e Metas, no Programa 6 - Joinville Promissora, Ação 3192 - Zeladoria Pública - SEINFRA.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos, para cada Lote do processo licitatório:

3.1) Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:

3.1.1) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente.

3.1.2) Apresentar Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviço de características semelhantes àquela a ser contratada, ou seja: Pavimentação Asfáltica.

3.1.2.1) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço de engenharia objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

3.2) Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 50% (cinquenta por cento) a ser executado em cada Lote, ou seja:

3.2.1) Lote 1: Ter executado, no mínimo, 900 t (novecentas toneladas) ou 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos) ou 7.500,00 m² (sete mil e quinhentos metros quadrados) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa "C", e ter executado, no mínimo, 3.000 m² (três mil metros quadrados) ou 150 m³ (cento e cinquenta metros cúbicos) de fresagem de revestimento asfáltico; sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.2.2) Lote 2: Ter executado, no mínimo, 900 t (novecentas toneladas) ou 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos) ou 7.500,00 (sete mil e quinhentos metros quadrados) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa "C", e ter executado, no mínimo, 3.000 m² (três mil metros quadrados) ou 150 m³ (cento e cinquenta metros cúbicos) de fresagem de revestimento asfáltico; sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.2.3) Lote 3: Ter executado, no mínimo, 900 t (novecentas toneladas) ou 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos) ou 7.500,00 (sete mil e quinhentos metros quadrados) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa "C", sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.2.4) Lote 4: Ter executado, no mínimo, 900 t (novecentas toneladas) ou 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos) ou 7.500,00 (sete mil e quinhentos metros quadrados) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa "C", sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.2.5) Lote 5: Ter executado, no mínimo, 900 t (novecentas toneladas) ou 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos) ou 7.500,00 (sete mil e quinhentos metros quadrados) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa "C", sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.2.6) Lote 6: Ter executado, no mínimo, 900 t (novecentas toneladas) ou 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos) ou 7.500,00 (sete mil e quinhentos metros quadrados) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa "C", sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.3) Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

3.4) Comprovar capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação por Lote, conforme a Art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021.

3.4.1) Conforme Art. 59 § 5º da Lei 14.133/2021 será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

3.5) Será permitido o somatório de atestados para fins da qualificação técnica.

3.6) Não estamos considerando a participação de empresas em consórcio por ser processo de serviço de engenharia comum, de pequeno vulto, basicamente com somente uma atividade e que no mercado há fornecedores capazes de realizar os serviços individualmente.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Devido ao tamanho e ao estado de deterioração da malha viária em pavimento asfáltico do município de Joinville, além das manutenções em redes de drenagem pluvial executadas pelas Unidades Regionais de Obras, conjugado com a média histórica dos reparos e o conhecimento prático; definimos a necessidade de termos continuamente 06 (seis) equipes completas para realização dos serviços de manutenção corretiva, comumente denominados como equipes de tapa buraco.

Desta forma, considerando a média histórica das últimas contratações, o grau de deterioração atual médio do revestimento asfáltico, o fluxo geral do tráfego existente e o conhecimento adquirido ao longo de anos de experiência sobre a malha viária da cidade; a quantidade de serviço anual para todo o Município seria de 90.000 m2 de área de recomposição do revestimento asfáltico sem fresagem e de 12.000 m2 de área de manutenção corretiva do revestimento asfáltico com fresagem do asfalto existente.

Com isto, parcelando a contratação por equipe completa em 06 (seis) Lotes teríamos:

- **Lote 1:** contratação contínua dos serviços de manutenção corretiva do revestimento asfáltico, sem fresagem, com área anual de 15.000 m2 de recomposição do revestimento asfáltico e área anual de 6.000 m2 de manutenção corretiva do revestimento asfáltico com fresagem do asfalto existente.
- **Lote 2:** contratação contínua dos serviços de manutenção corretiva do revestimento asfáltico, sem fresagem, com área anual de 15.000 m2 de recomposição do revestimento asfáltico e área anual de 6.000 m2 de manutenção corretiva do revestimento asfáltico com fresagem do asfalto existente.
- **Lote 3:** contratação contínua dos serviços de manutenção corretiva do revestimento asfáltico, sem fresagem, com área anual de 15.000 m2 de recomposição do revestimento asfáltico.
- **Lote 4:** contratação contínua dos serviços de manutenção corretiva do revestimento asfáltico, sem fresagem, com área anual de 15.000 m2 de recomposição do revestimento asfáltico.
- **Lote 5:** contratação contínua dos serviços de manutenção corretiva do revestimento asfáltico, sem fresagem, com área anual de 15.000 m2 de recomposição do revestimento asfáltico.
- **Lote 6:** contratação contínua dos serviços de manutenção corretiva do revestimento asfáltico, sem fresagem, com área anual de 15.000 m2 de recomposição do revestimento asfáltico.

A quantificação detalhada dos serviços pertinentes está na Planilha Orçamentária Sintética discriminada no processo.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Devido ao tamanho e ao estado de deterioração da malha viária em pavimento asfáltico do município de Joinville, além das manutenções em redes de drenagem pluvial executadas pelas Unidades Regionais de Obras, conjugado com a média histórica dos reparos e o conhecimento prático; há a necessidade de termos continuamente 06 (seis) equipes completas para realização dos serviços de manutenção corretiva, comumente denominados como equipes de tapa buraco.

Para se realizar continuamente essa manutenção corretiva do revestimento asfáltico das ruas da cidade (operação tapa buraco) vislumbramos as seguintes soluções:

- **CRIAÇÃO DE EQUIPES PRÓPRIAS:** demandaria a aquisição de caminhões com equipamento térmico especial, aquisição de insumos como óleo diesel, emulsões asfálticas e concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), lançamento de concurso público para contratação de servidores para operação dos equipamentos e realização dos serviços, aquisição de ferramentas e equipamentos portáteis, aquisição de equipamentos de proteção individual e coletivo, além de ampliação da estrutura administrativa para controle das burocracias legais como contratação de seguro veicular, licenciamento anual, manutenção preventiva e corretiva dos caminhões, equipamentos e ferramentas, bem como os controles de pessoal.

- **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO JUNTO A INICIATIVA PRIVADA:** o contratado se responsabiliza por todos os insumos, equipamentos e mão de obra necessários à realização dos serviços de tapa buraco, em conformidade com as especificações definidas pelo Município. Neste sentido haveria a possibilidade de contratar somente uma empresa que forneça as seis equipes necessárias, ou parcelando a solução em seis itens delimitando área de abrangência de cada uma, ou ainda parcelando a solução em seis itens sem delimitação de área de abrangência do serviço para cada um dos itens.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando que o serviço em questão, manutenção corretiva do revestimento asfáltico das vias da cidade, não é uma atividade fim do serviço público; que a interiorização da atividade seria extremamente complexa e improdutora, que a terceirização do serviço já ocorre a bastante tempo com êxito; que o Município dispõe de estrutura para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço pela iniciativa privada; que a região dispõe de empresas de engenharia especializadas na prestação destes serviços, temos que a melhor solução, técnica e

econômica, é a contratação de empresas especializadas para execução de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do Município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico (sem e com fresagem).

Com relação ao modelo de contratação dos serviços terceirizados temos as seguintes considerações.

A contratação de única empresa com seis equipes limitaria demasiadamente a concorrência, além de incorrer num risco extremo no caso de qualquer problema envolvendo essa única empresa que prejudicaria toda a prestação do serviço e consequentemente toda a cidade.

Temos que, sempre que possível tecnicamente, o parcelamento da solução é medida que se impõe pelas vantagens de ampliação da participação de empresas proponentes específicas, o que no presente caso é possível e portanto recomendado. Já com relação a delimitação ou não da área de abrangência de atuação de cada equipe, não é vantagem para o Município do ponto de vista técnico e operacional a delimitação de área, uma vez que qualquer problema na contratação e ou na prestação dos serviços de determinada área, deixaria a mesma sem o atendimento das demandas, ocasionando um prejuízo e risco aos usuários das vias públicas dessa região.

Portanto a melhor solução técnica e econômica para atendimento do interesse público envolvido, é a contratação de empresas especializadas para execução de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do Município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico (sem e com fresagem) em seis lotes sem delimitação de área de abrangência do serviço para cada lote, objeto desse processo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - O valor estimado anual para a contratação de cada lote é:

- **Lote 1** - R\$ 4.047.810,00
- **Lote 2** - R\$ 4.001.950,00
- **Lote 3** - R\$ 3.182.250,00
- **Lote 4** - R\$ 3.182.250,00
- **Lote 5** - R\$ 3.182.250,00
- **Lote 6** - R\$ 3.182.250,00

6.1.1- O total anual estimado de todos os lotes é de R\$ 20.778.760,00

6.2 - O detalhamento do preço estimado está nas Planilhas Orçamentárias Sintética e Analítica, discriminadas no presente processo; geradas através da utilização de referências de preços e custos do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

6.3- Tal custo estimado possui disponibilidade orçamentária dentro do orçamento da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresas para prestação de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico.

As atividades previstas, para execução do objeto de manutenção corretiva do revestimento asfáltico (tapa buraco), consiste no corte do pavimento, carregamento, transporte e descarga do material escavado, ou fresagem se for o caso, depois pintura de ligação, fornecimento, espalhamento e compactação de CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente), além de limpeza do local.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O presente processo é para contratação de empresas especializadas para prestação de serviço contínuo de

engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico, divididas em 06 (seis) lotes.

Ou seja, está previsto o parcelamento com contratação por lote (6 lotes), com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Em cada lote tem-se a execução das atividades (corte do pavimento, carregamento, transporte e descarga do material escavado, pintura de ligação, fornecimento, espalhamento e compactação do concreto asfáltico usinado a quente - CAUQ, além de limpeza do local), assim como as áreas a serem fresados, que devem ser executados de forma contínua e concomitantes pela mesma empresa contratada, pois são atividades correlatas e dependentes, não sendo viável nem tecnicamente e economicamente, a divisão da contratação destas atividades de cada lote.

No tocante ao objeto geral, se aplica o parcelamento, por isso temos a divisão em 6 (seis) lotes.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O resultado pretendido com a presente contratação da execução de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico é a manutenção da mobilidade urbana em pontos estratégicos, propiciando segurança e conforto aos usuários.

As desestruturações das vias impedem o tráfego de veículos, podendo acarretar em acidentes de trânsito com danos pessoais e/ou materiais. Deste modo a estruturação destes trechos de ruas vão garantir a segurança ao tráfego de veículos, compensando o investimento à ser realizado neste processo.

Em termos de economicidade pretendemos contratar a proposta mais vantajosa, ou seja, proposta que atenda aos critérios administrativos, técnicos e legais, e que seja a de menor preço por lote.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Trata-se esse processo de execução de serviço de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico a ser executado por empresas especializadas, sendo que essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do serviço para atuar na fiscalização do contrato pertinente.

Portanto, não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada pela Administração previamente à celebração do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Verificando processos de contratação realizados nos consórcios que o Município aderiu temos:

- CINCATARINA : possui contrato de manutenção asfáltica feito em 2024, mas que não contempla a nossa região e não atende as características técnicas e operacionais utilizadas em nosso Município.
- CIM AMUNESC: não possui nenhuma contratação pertinente.
- CISNORDESTE: não possui nenhuma contratação pertinente pois é somente para processos da saúde.

Portanto, não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental significativo para a contratação que é de pequeno vulto e de características normais e, portanto, o critério de sustentabilidade não é pertinente.

Inclusive tal tipo de intervenção, serviço de manutenção corretiva em vias públicas pavimentadas com revestimento asfáltico, é atividade não constante da Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 98 de 05 de maio de 2017; portanto não sujeito ao licenciamento ambiental.

O material resultante da escavação deverá ser transportado e depositado em terreno e/ou local liberado ambientalmente, sob responsabilidade da empresa contratada para execução dos serviços, no caso da

fresagem, o material resultante a ser reutilizado em serviços de manutenção viária, será transportado e depositado pela contratada até a Unidade de Obras, localizada à Rua Ministro Luiz Galotti, 370 no bairro Boa Vista em Joinville, SC..

Outra situação seria, por exemplo, caso ocorra alguma sobra dos materiais à serem fornecidos, a contratada será responsável pelo reaproveitamento e/ou destinação adequada destes resíduos.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Risco 1 - Impugnação do edital

Risco 2 - Licitação deserta

Risco 3 - Licitação fracassada

Risco 4 - Execução das atividades em desacordo com as especificações

Risco 5 - Descumprimento do prazo de execução

Risco 6 - Contratado não executa os serviços

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

Risco 1 - Necessidade de nova licitação. Probabilidade: Raro. Impacto: Baixo

Risco 2 - Necessidade de nova licitação. Probabilidade: Raro. Impacto: Médio

Risco 3 - Necessidade de nova licitação. Probabilidade: Pouco Provável. Impacto: Médio

Risco 4 - Atraso na execução. Probabilidade: Pouco Provável. Impacto: Baixo

Risco 5 - Atraso na execução. Probabilidade: Pouco Provável. Impacto: Muito Baixo

Risco 6 - Inexecução do contrato. Probabilidade: Raro. Impacto: Alto

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

Risco 1 - Impugnação do edital. Pontuação = 2; Risco: Baixo

Risco 2 - Licitação deserta. Pontuação = 3; Risco: Médio

Risco 3 - Licitação fracassada. Pontuação = 6; Risco: Médio

Risco 4 - Execução das atividades em desacordo com as especificações. Pontuação = 4; Risco: Médio

Risco 5 - Descumprimento do cronograma de execução. Pontuação = 2; Risco: Baixo

Risco 6 - Contratado não executa aos serviços. Pontuação = 4; Risco: Médio

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar as seguintes condutas e tratamentos para os riscos considerados:

Risco 1 - Impugnação do edital. Conduta: Mitigar; Tratamento: Revisar as cláusulas do edital

Risco 2 - Licitação deserta. Conduta: Aceitar; Tratamento: Revisar os projetos, memorial, orçamentos e demais elementos técnicos, bem como exigências do edital.

Risco 3 - Licitação fracassada. Conduta: Aceitar; Tratamento: Revisar as exigências do edital.

Risco 4 - Execução das atividades em desacordo com as especificações. Conduta: Mitigar/Transferir; Tratamento: Não medir serviço desconforme e penalizar na reincidência.

Risco 5 - Descumprimento do cronograma de execução. Conduta: Mitigar; Tratamento: Verificar motivos,

ajustar cronograma no caso de situação justificada e penalizar na reincidência, no caso de não haver justificativa plausível para o descumprimento.

Risco 6 - Contratado não executa os serviços. Conduta: Transferir; Tratamento: Aplicar as sanções previstas no contrato e nas legislações pertinentes.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		Item 1
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		Item 5
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		Item 6
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		Item 9
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Riscos do processo descritos Item 13; Não havendo risco de dano ao erário
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Contratações anteriores similares foram todas exitosas
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		O tratamento dos riscos do processo foram indicados no Item 13.d

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

A contratação de empresas especializadas para execução de serviço contínuo de engenharia, de manutenção corretiva em vias públicas do Município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico, é o modelo tecnicamente e economicamente mais vantajoso para o Município.

São serviços corriqueiros tecnicamente e de pequeno vulto financeiro, dispensando assim a elaboração do Mapa de Riscos e Matriz de Alocação de Riscos, conforme Art.45 da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, considerando que não será necessário fechar nenhuma rua, seja de tráfego baixo, médio ou alto.

Os serviços previstos na contratação são comumente praticados pelo mercado na área de engenharia viária.

A contratação trata-se de serviço comum de engenharia para fins de definição disposta no Art. 55, inciso II da Lei 14.133/2021.

O risco de dano ao erário público, referente a contratação, não existe diretamente uma vez que as autorizações de pagamentos sempre são posteriores ao recebimento adequado da execução dos serviços que compõe a obra.

Já o risco de sucesso da licitação e da execução é o normal de qualquer contratação pública considerando os aspectos de disputa junto ao processo licitatório que pode chegar as vias judiciais, bem como com relação a execução que depende das condições econômicas e financeiras da empresa contratada no momento da prestação do serviço.

Ademais, em processos similares anteriores, foram todos exitosos não havendo nenhum risco específico a ser mitigado.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Winter, Servidor(a) Público(a)**, em 04/12/2025, às 14:14, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Lopes de Souza, Diretor (a) Executivo (a)**, em 04/12/2025, às 20:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Shana Roesler Paiva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 05/12/2025, às 16:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Correia de Sa, Secretário (a)**, em 05/12/2025, às 16:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27691267** e o código CRC **40351178**.

Rua Saguacu, 265 - Bairro Saguacu - CEP 89221-010 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.076162-7

27691267v3